

34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Caxambu – 25 a 29 de outubro de 2010

Fórum

As mulheres na política: desafios teóricos e perspectivas metodológicas

Coordenadora: Marlise Matos (UFMG)

A participação feminina nas eleições de 2002 e 2006, a
política de cotas e o sistema eleitoral brasileiro

José Eustáquio Diniz Alves (ENCE/IBGE)¹

Clara Araújo (UERJ)²

¹ Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais/ENCE/IBGE

² Professora do Departamento de Ciências Sociais/UERJ

RESUMO

O artigo avalia a participação feminina na política parlamentar brasileira, tendo como base os resultados das eleições de 2002 e 2006 para a Câmara Federal. Pretende-se comparar as intercessões entre fatores sociais e institucionais, seu impacto sobre chances de eleições de acordo com o sexo, bem como em que medida os diversos condicionantes socioeconômicos potencializam ou minimizam os resultados da política de cotas no Brasil. Após situar o Brasil no panorama internacional, quando se mostra que avanços sociais na igualdade de gênero não se traduzem em melhorias de gênero na política, é feita uma análise estatística multivariada. A análise busca compreender como algumas variáveis individuais - como sexo, idade, nível educacional e estado conjugal - se articulam com a filiação partidária e com indicadores sociais - como IDH, densidade demográfica e tamanho do distrito-, para determinar as chances de sucesso eleitoral. Em seguida são discutidas as expectativas e limites que as políticas de cotas comportam diante do debate atual e a multicausalidade da explicação da baixa representação feminina na política.

INTRODUÇÃO³

A ausência das mulheres dos espaços de poder é um elemento constitutivo da história política. E o aumento da participação feminina na política não tem acompanhado o ritmo de transformações sociais e econômicas das últimas décadas, particularmente no Brasil. Os resultados das recentes eleições brasileiras mostram a dificuldade para se superar o déficit de gênero na política, ao mesmo tempo em que aponta para a fragilidade das políticas de cotas (Lei 9.504/1997) como mecanismo construído para impulsionar uma representação mais equilibrada entre homens e mulheres em todos os níveis do Poder Legislativo.

Existem limitações de diversas ordens, e também críticas ao processo de implantação das cotas eleitorais no país. As brechas da legislação possibilitaram aos partidos criarem uma reserva, mas sem a necessidade de preenche-la, tornado vazia a obrigatoriedade das candidaturas femininas. Além disso, a Lei ampliou o universo de candidaturas totais de cada partido (que passou de 100% para 150% das vagas). Mas as cotas eleitorais são apenas um lado da questão. Existem países que não adotam cotas na legislação eleitoral e, mesmo possuindo uma formação cultural semelhante, apresentam índices de participação feminina na política bem mais favoráveis do que os do Brasil.

Diversos estudos têm contribuído para desestabilizar a correspondência mais ou menos direta entre desenvolvimento sócio econômico e maior participação política das mulheres. Com efeito, esta associação não é válida nem para os países ditos desenvolvidos (a participação feminina na política nos Estados Unidos e no Japão é bem menor do que nos países nórdicos), nem para aqueles ditos “em desenvolvimento” (vários países africanos possuem participação feminina na política mais alta do que a média européia). O desafio de compreendermos as formas de acesso e recrutamento eleitoral na política institucional, tanto de homens quanto de mulheres, requer o enfrentamento de análises quantitativas e qualitativas (Alvares, 2008).

O sistema eleitoral brasileiro tem como base as listas abertas. Este sistema tem sido considerado como aspecto desfavorável às mulheres, pois a característica individualizada da campanha aumenta os custos da eleição, prejudicando principalmente o sexo feminino. Nos projetos de reforma partidária no Brasil, existem propostas de se implantar a lista fechada. Contudo, este tema é polêmico. Algumas ponderações em favor da lista aberta também

³ Este artigo complementa algumas informações e dados e recupera a discussão do paper seguinte: ARAUJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. Dados, vol.50, n.3, 2007, pp. 535-577.

merecem destaque, principalmente a preservação de certa autonomia do eleitor de escolher seus candidatos, o menor poder dos dirigentes na indicação dos nomes e o contra-argumento em relação à ausência de financiamento público, para cuja viabilidade tem sido associada a lista fechada. Neste caso, argumenta-se que há países com lista aberta e financiamento – caso da Finlândia. Há exemplos de países com listas fechadas, mesmo aqueles com cotas, mas sem regras de alternância na ordem de prioridades, nos quais as mulheres têm dificuldades de obter lugares elegíveis (Schmidt, 2006).

Sobre o tipo de lista, também não há consenso em relação ao seu efeito sobre as chances das mulheres, embora nos últimos anos, o sistema eleitoral de lista fechada venha sendo assumido como mais favorável do que o sistema de lista aberta (Matland, 2002, Htun e Jones, 2002). Contudo, estudo de Schmidt (2006), envolvendo 64 países de Listas Abertas e Fechadas, e comparando as vantagens para as eleições de deputadas, mostrou que em países de Lista Fechada a média de participação de mulheres nas Câmaras é de 17,6%. Ao passo que, entre os países que têm Lista Aberta essa média é de 19,7%. Schmidt alerta que os dados não permitem sustentar a prevalência da lista aberta, mas servem para mostrar a inconsistência da tese de que existiria uma nítida relação entre lista fechada e maior elegibilidade feminina.

Vale ressaltar que muito da associação entre lista fechada e sucesso das mulheres tem sido feita com base em estudos sobre países com cotas. No entanto, também neste caso, as evidências empíricas não permitem consensos. O sistema de lista por si não é o decisivo. Como têm mostrado várias análises, como a de Mateo (2002) sobre o caso da Bélgica, a de Baldez (2004) sobre o México, a de Marx et al (2007) sobre a Argentina e inclusive a de Htun e Jones (2002) sobre vários países da América Latina, as cotas implantadas em sistemas de lista fechada dependem, sobretudo, da garantia alternância por sexo no seu ordenamento, de acordo com os percentuais mínimos exigidos. E ainda, para tanto, necessitam de medidas normativas que obriguem tal alternância. Mas a literatura mostra, por sua vez, que isto depende da força das mulheres no interior dos partidos políticos. E, sobretudo, da existência de sanções obrigatórias e/ou punitivas em relação ao seu cumprimento.

Mas a variação que ocorre entre os distritos eleitorais brasileiros, seja no quantitativo de candidaturas lançadas ou nos percentuais de eleitas, constitui também indicativo de que a interação com outros fatores pode ser tão ou mais relevante do que o tipo de lista. Este é um dos aspectos que pretendemos testar neste estudo. No Brasil, no ano de 2002, enquanto alguns distritos não elegeram sequer uma deputada, outros elegeram mais de 20%. Nas eleições de 2006, para a Câmara Federal, esta variação foi ainda maior, pois enquanto as Unidades da Federação: AL, DF, MS, PB, PR e SE não elegeram sequer uma deputada federal, as mulheres do Amapá e do Espírito Santo conquistaram 50% e 40% da bancada federal de seus respectivos estados. Importa assinalar que Sergipe e Mato Grosso do Sul foram os estados com percentuais de mulheres candidatas mais elevados em 2006, ou seja, com menor taxa de sucesso eleitoral para as mulheres.

Isto nos remete a outro aspecto tratado pela literatura que é a magnitude dos distritos. A associação entre distritos de alta magnitude e maiores chances de eleição de mulheres é considerada importante pela literatura. Distritos grandes, portanto com maior número de candidatos e maior proporcionalidade, tenderiam à maior diversificação e inclusão de candidatos *out-siders*. No Brasil o comportamento dos distritos eleitorais brasileiros atua em sentido contrário ao que vem sendo consagrado, isto é, a relação positiva entre distritos de elevada magnitude e maior elegibilidade das mulheres. Algumas dificuldades para as mulheres competirem em distritos maiores são evidentes, tais como a ausência de financiamento para as campanhas, já que estes distritos tendem a ser mais populosos e a

possuir maior número de partidos disputando, derivando daí um mercado eleitoral mais fragmentado e competitivo.

No sistema eleitoral brasileiro este fato é reforçado, pois existe uma sub-representação do eleitorado das UFs com maior população e uma sobre-representação das UFs menores. Por exemplo, no ano 2000, a população de Roraima, era de 324.397 habitantes, representando 0,2% da população brasileira e a população do Estado de São Paulo era de 37.032.403 habitantes, representando 21,8% da população brasileira (IBGE, 2001). Contudo, Roraima tinha 8 deputados, representando 1,6% do total de 513 parlamentares na Câmara Federal, enquanto São Paulo tinha 70 deputados representando somente 13,6% do total. Portanto, existe uma “discriminação positiva” regional no sistema eleitoral brasileiro que tende a favorecer os eleitores das Unidades da Federação (UF) pequenas, em detrimento dos eleitores das UFs maiores (e geralmente mais ricas). Isto pode ter impactos sobre custos de campanha, estratégias, entre outros aspectos.

Além do tipo de lista e da magnitude do distrito, outra variável considerada importante é a Magnitude do Partido (Matland, 2002; e Schmidit, 2003; 2006). Isto é, o peso eleitoral de um partido, determinado pela quantidade de cadeiras que ele consegue eleger, em relação ao restante dos partidos que disputaram o mesmo pleito numa determinada circunscrição. Neste caso, saber onde as mulheres estão e por quais partidos elas concorrem torna-se importante para determinar quais as chances que terão de serem eleitas. Tais estudos, em geral, comparam diferentes países. No presente caso, um caminho para avaliarmos se tais fatores são de fato importantes consiste em compararmos tais variáveis entre os estados da federação.

Considerando a interação entre sistema eleitoral e sistema partidário, o que vem sendo identificado pela literatura é que sistemas pluripartidários, com razoável número de partidos e considerável variação nos seus tamanhos, sobretudo com partidos de médios e pequenos que querem se legitimar diante dos eleitores possibilitam que as mulheres sejam mais absorvidas como candidatas. Ademais, no espectro ideológico, seriam os partidos com perfil de esquerda ou centro-esquerda aqueles mais abertos ao ingresso de mulheres.

Dimensões internas ao contexto partidário também teriam papel importante no processo de recrutamento eleitoral e nas chances de eleição de mulheres, sobretudo a ideologia e a organização partidária. Partidos de esquerda tendem a estimular mais a participação e a ampliar as chances de eleição de mulheres (Lovenduski, 1993; Norris, 1996, 2003; IPU, 2000; Matland, 2002; Katz e Mair, 1992). No nível organizacional, tende a haver certo consenso que a institucionalização dos procedimentos internos, com regras claras e formalizadas e uma vida partidária mais constante são fatores importantes que facilitam a participação de mulheres e influenciam seu recrutamento eleitoral (Araújo, 2005).

De antemão, podemos dizer que o padrão brasileiro se aproxima de algumas dessas tendências: multipartidarismo, um número razoável de partidos médios e pequenos, e certa tendência à maior absorção de mulheres entre partidos médios e pequenos e/ou de esquerda.

Diversos autores destacam ainda fatores como a cultura política e certas características socioeconômicas, como tão relevantes quanto certas características dos sistemas eleitorais (Norris e Inglehart, 2003; Diaz, 2002). Algumas características sócio-econômicas serão testadas mais adiante. A heterogeneidade entre níveis de desenvolvimento econômico e humano e a participação feminina na política é muito grande, o que sugere que as causas da baixa inserção das mulheres em cargos eletivos é complexa e não tem uma explicação simples e geral. Dentro do próprio Brasil existem muitas diferenças nas taxas de participação das

mulheres nas diversas Unidades da Federação, mesmo estando todas sujeitas à uma mesma legislação eleitoral.

A cultura política exigiria um estudo mais qualitativo, o que não é o caso neste artigo. Por fim, decidimos, também, considerar outro aspecto discutido na literatura, mas ainda pouco testado estatisticamente, ou seja, o da relação entre os *out-siders* e os *in-siders*. Em outras palavras, o do peso da representação ou do mandato nas chances de eleição. Em trabalho sobre a Costa Rica, Studlar e Shugart (2005) levantaram a hipótese de que a existência ou não da reeleição poderia ser decisiva para o ingresso e a ampliação do acesso das mulheres. Por sua vez, Chapman (1993) também analisou esta dimensão como extremamente relevante para pensar o ingresso das mulheres nos espaços políticos, já que se tratava de deslocar quem já se encontrava neles. E, em geral, quem já está incluído nos espaços tende a possuir, pelo próprio fato de lá estar, certos capitais importantes para assegurar a permanência dessa condição. Norris e Inglehart (2003) chamaram atenção para a tendência inercial do processo de recrutamento e acesso político, tendência esta mediada por certos requisitos que se tornam garantias de eleição. Tais requisitos ocorreriam em consequência da reprodução ou garantia do perfil de quem já foi submetido à “prova das urnas” e se encontra concorrendo. Com base nisto, incluímos como variável para testar as chances de eleição, o candidato/candidata estar ou não concorrendo à reeleição.

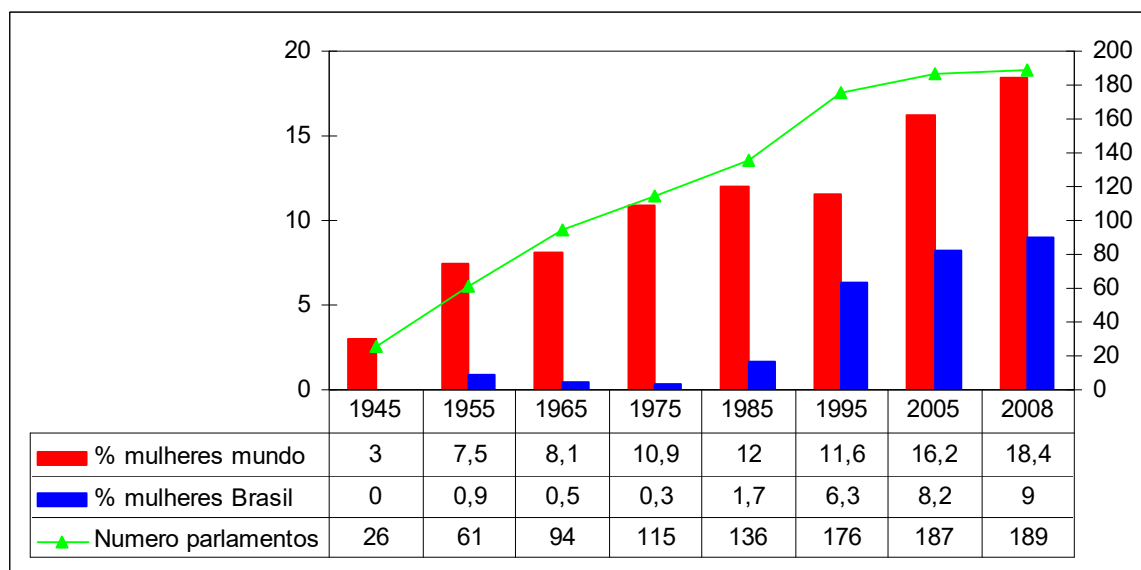
Nessa perspectiva, assumimos aqui, a premissa da multicausalidade, e de que a interação entre diferentes ordens de fatores influencia o quadro atual da representação política das mulheres no país. Desse modo, as hipóteses que sustentam este trabalho são as de que o aumento da participação parlamentar feminina no Brasil não está diretamente associado com o grau de desenvolvimento socioeconômico das Regiões e Unidades da Federação; que variáveis institucionais ligados ao sistema eleitoral influenciam e interferem nas chances de acesso das mulheres aos cargos legislativos; e finalmente, que o entendimento do resultado da política de cotas no Brasil passa pela compreensão das características da legislação e de sua interação com esses outros fatores multicausais, que possuem impactos indiretos sobre as cotas.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: a) apresenta alguns dados comparando a participação feminina em alguns países do mundo e o Brasil; b) alguns dados sobre o eleitorado brasileiro e os resultados das últimas eleições do país; c) uma análise descritiva das eleições gerais de 2002 e 2006; d) uma análise multivariada das mesmas eleições gerais; e) considerações finais; e f) bibliografia.

CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MUNDO EM COMPARAÇÃO COM O BRASIL

Em 1945, conforme mostra o gráfico 1, havia 26 parlamentos em funcionamento na comunidade internacional. Este número mais do que dobrou nos dez anos seguintes e, em 2008, chegou a 189 parlamentos. Em 1945 a participação feminina na política parlamentar era de apenas 3% no mundo e zero no Brasil. Em 1975, quando se instituiu o Ano Internacional da Mulher, o percentual feminino no parlamento brasileiro era próximo de zero, enquanto no resto do mundo era pouco superior a 10%. De 1975 a 1995 a diferença entre as taxas de participação de ambos os sexos se reduziram entre o Brasil e o mundo. Após 1995, quando ocorreu a IV Conferência Internacional da Mulher, a participação feminina cresceu em geral, mas as taxas cresceram mais rápido no mundo do que o Brasil. Atualmente, a percentagem de participação feminina no parlamento (*Single house or lower house*) brasileiro é pouco menos da metade da participação mundial.

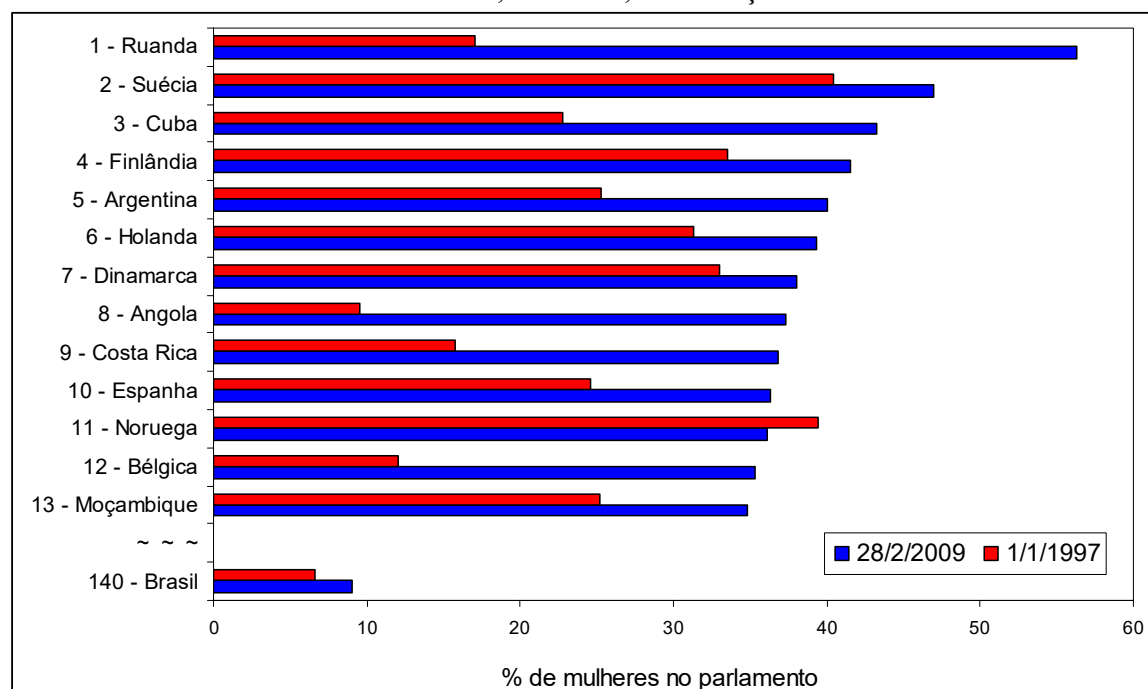
Gráfico 1: Percentagem de mulheres no parlamento e número de parlamentos: 1945-2008



Fonte: Inter-Parliamentary Union <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world310306.htm> e IDEA <http://www.idea.int/gender/index.cfm>

Portanto, o Brasil não acompanhou o ritmo das tendências internacionais ocorridas nos últimos anos. Houve mudanças importantes derivadas, sobretudo, da adoção de políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas, com o propósito de elevar a participação feminina na vida pública. O gráfico 2 mostra a situação do Brasil e dos 13 países com maior participação feminina no parlamento no mundo, segundo o ranking de fevereiro de 2009, comparando com a situação em janeiro de 1997.

Gráfico 2: Percentagem de mulheres no parlamento: os 13 países com maior participação mais o Brasil, em 2009, e a situação em 1997



Fonte: Inter-Parliamentary Union <http://www.ipu.org/> Consultado em 20/04/2009
Situação em 01/01/1997 e 28/02/2009 (Single house or lower house)

Nota-se que houve um crescimento significativo da participação feminina em todos os países, com exceção da Noruega que caiu de 39,4%, em 1997, para 36,1% em 2009. O crescimento mais significativo foi em Ruanda que tinha uma taxa de 17,1% em 1997 e passou a ter maioria feminina no parlamento em 2009, com 56,3%. Na América Latina e Caribe, três países - Cuba, Argentina e Costa Rica – apresentaram grande crescimento no período e aparecem à frente da Noruega que tem sido um país com grande presença feminina na política. Moçambique e Angola, países de língua portuguesa, também aparecem muito bem posicionados em décimo terceiro e oitavo lugares, sendo que este último passou de 9,5% em 1997 para 37,3% em 2009. Os 13 países mais bem posicionados apresentam participação feminina acima de 34%, enquanto o Brasil, que passou de 6,6%, em 1997 para 9%, em 2009, se encontra no 140º lugar no ranking mundial. Ou seja, ocupa uma posição ainda mais desvantajosa do que há 10 anos. Os países que apresentam as maiores taxas de participação feminina na política não são homogêneos em termos socioeconômicos e nem quanto ao grau de democratização. Países pobres e com baixos índices de desenvolvimento econômico como Ruanda, Angola e Moçambique utilizaram diferentes mecanismos de políticas de cotas⁴ para alavancar a participação feminina (IDEA, 2009)

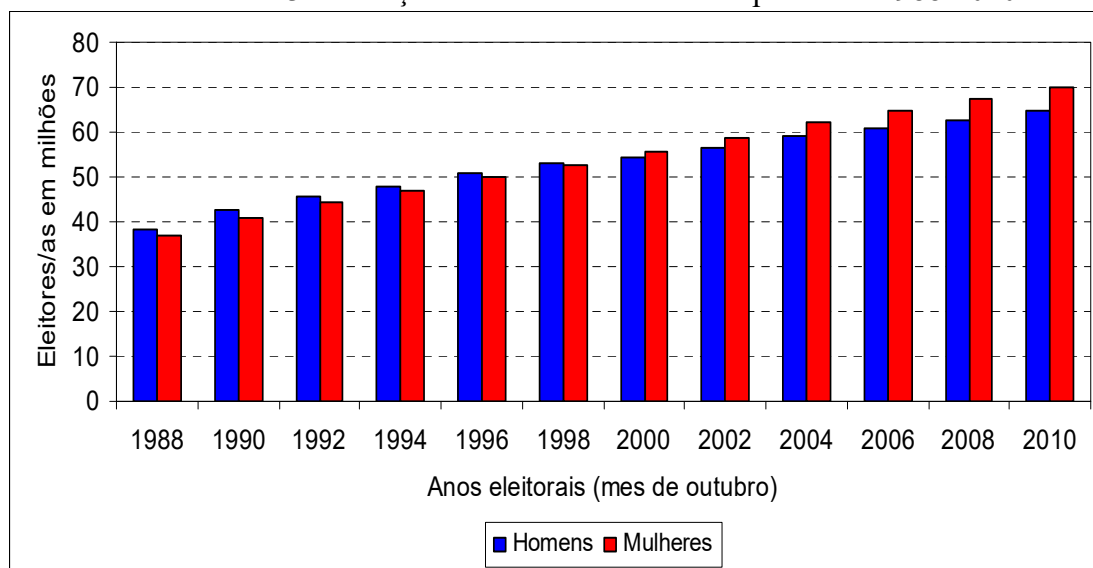
As mulheres brasileiras conseguiram grandes avanços sociais nas últimas décadas. A esperança de vida ao nascer de 52,7 anos contra 49,3 anos dos homens, no quinquênio 1950-1955, atingiu 76,1 anos contra 68,8 anos dos homens, no quinquênio 2005-2010. Na educação reverteram o desequilíbrio de gênero. Em 1960, a escolaridade média dos homens brasileiros era de 1,9 ano e a das mulheres, de 1,7. Em 2000, esses números passaram a, respectivamente, 5,4 e 5,1 anos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, a média de anos de estudo de homens e mulheres, vivendo no meio urbano era, em 2007, de 9 anos para as mulheres e 8 anos para os homens (PNAD, 2007). No mercado de trabalho, a taxa de atividade das mulheres com mais de 10 anos de idade subiu de 13,6% em 1950 para 26,9% em 1980, alcançando 44,1% em 2000. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2008) a taxa de atividade feminina alcançou 46,7%, em 2007, sendo que as mulheres de 25 a 40 anos tinham taxas acima de 60%. O padrão das taxas de atividade femininas está cada vez mais parecido com o padrão das taxas masculinas, apesar do nível ser um pouco mais baixo. Como aponta o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, as taxas de atividade femininas ainda estão cerca de 20 pontos abaixo das taxas masculinas.

Apesar dos avanços, existem três características que ainda contribuem para desvalorizar o trabalho feminino: a segregação ocupacional, a discriminação salarial e o desemprego. Porém, segundo Bruschini (2007), as últimas décadas trouxeram ampliação do leque ocupacional e certa redução das desigualdades salariais. Houve melhoras especialmente para as mulheres com curso superior.

Assim como as mulheres ultrapassaram os homens nas matrículas escolares, houve também reversão do hiato de gênero na composição do eleitorado. Como mostra o gráfico 3, as mulheres somavam 37,1 milhões de eleitoras (49% do total) contra 38,3 milhões de eleitores (51% do total), em 1988. Nas últimas eleições gerais do século passado, em 1998, os 53,3 milhões de eleitores homens superaram as 52,8 milhões de eleitoras. A partir do ano 2000 o sexo feminino se tornou maioria do eleitorado e vem, ano a ano, ampliando a vantagem, sendo que nas eleições de 2010 existiam mais 5 milhões de eleitoras sobre os eleitores e as mulheres atingiram o percentual de 52% do eleitorado (Alves, 2010).

⁴ Importa lembrar que alguns desses países adotam sistemas de cotas para o próprio parlamento, e não para a competição. Sistemas estes que são objetos de muitos questionamentos.

Gráfico 3: Evolução do eleitorado brasileiro por sexo: 1988-2010

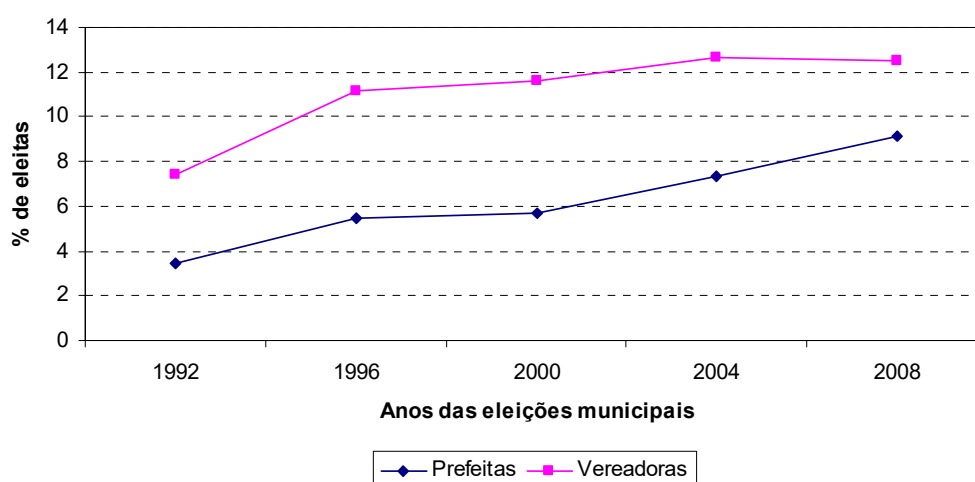


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (www.tse.gov.br), 2008

Contudo, este cenário não chegou a transformar a representação por gênero nos diversos níveis da representação parlamentar. O sexo feminino se tornou majoritário entre o eleitorado, mas continuou sub-representado nos espaços de poder: no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

O gráfico 4 mostra o aumento da porcentagem de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais e para as Prefeituras. Nas eleições de 1992 foram eleitas 3.952 vereadoras (representando 7,4% do total de vereadores) e 171 prefeitas (representando 3,4% do total). Após a adoção da política de cotas (que é válida apenas para as eleições proporcionais) o número de eleitas chegou a 6.555 vereadoras nas eleições de 2004, representando 12,7% do total de vereadores. Mesmo não se aplicando a política de cotas para as eleições de prefeitos, o número de mulheres eleitas para a administração municipal chegou a 404 prefeitas em 2004, representando 7,3% do total de prefeitos.

Gráfico 4: Percentagem de mulheres vereadoras e prefeitas: 1992-2008

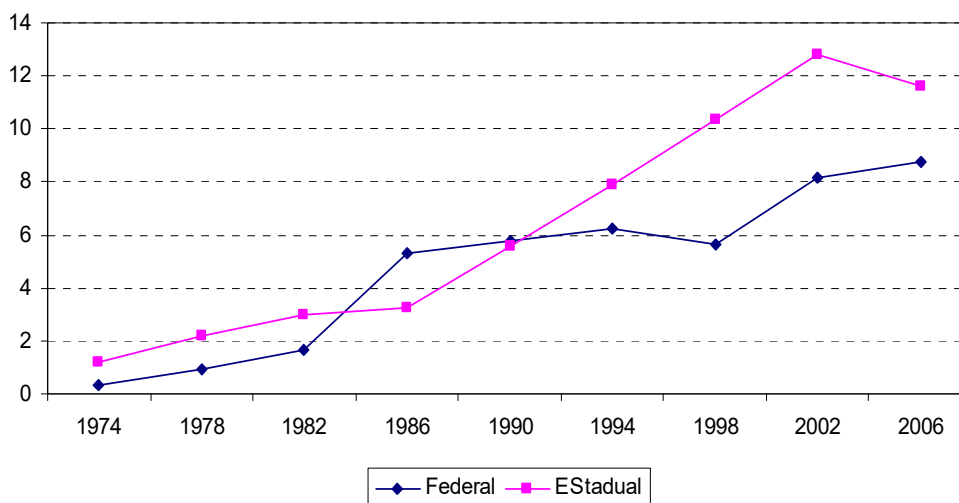


Fonte: IBAM, 1997 e Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (www.tse.gov.br), 2008

Observa-se que o percentual de vereadoras eleitas nos municípios é sempre maior que o percentual de prefeitas eleitas, mas ambos cresciam mais ou menos no mesmo ritmo. Contudo, no ano de 2008, houve uma pequena queda no percentual de vereadoras eleitas (12,5%) e um aumento do percentual de prefeitas eleitas que atingiu 9,2% dos executivos municipais.

O gráfico 5 mostra o aumento da percentagem de mulheres eleitas para a Câmara Federal e as Assembléias Legislativas. Nota-se que a percentagem de deputadas estaduais quase sempre (com exceção de 1986 quando se elegeu a Assembléia Constituinte) é maior que a de deputadas federais e apresentou um crescimento mais contínuo até 2002, sofrendo uma redução em 2006. Os dados sugerem que as barreiras à entrada das mulheres do âmbito estadual são um pouco menores do que no âmbito federal, mas que as conquistas não ocorrem de maneira linear e sem recuos. Os dados mostram ainda que o Brasil está longe de conquistar a paridade da representação parlamentar.

Gráfico 5: Percentagem de mulheres deputadas federais e estaduais: 1974-2006



Fonte: IBAM, 1997 e Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (www.tse.gov.br), 2008

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002 E 2006

Apresentadas as tendências mais gerais, cabe a seguir passar ao foco central de nosso trabalho: a Câmara dos Deputados e a comparação entre os resultados das duas últimas eleições e a intercessão de algumas variáveis.

A tabela 1 mostra o número de mulheres eleitas e a percentagem de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados, por UFs, nas eleições de 2002 e 2006. Nota-se que, sobre a mesma legislação de ação afirmativa, o Amapá elegeu uma mulher, em 2002, e quatro em 2006, representando, no primeiro caso 12,% e, no segundo caso, 50% na bancada de deputados federais do estado. Para São Paulo, maior Unidade da Federação, houve redução, com 6 mulheres eleitas em 2002 (8,6% do total) para três eleitas, em 2006, representando apenas 4,3% da bancada paulista na Câmara dos Deputados.

Tabela 1 - Mulheres eleitas e percentagem de mulheres candidatas e eleitas por UFs
Câmara dos Deputados – 2002 e 2006

Unidades da Federação (UFs)	Eleições de 2002			Eleições de 2006		
	% de candidatas	Número de mulheres eleitas	% de mulheres eleitas	% de candidatas	Número de mulheres eleitas	% de mulheres eleitas
AC	14,49	1	12,5	15,7	1	12,5
AL	14,71	0	0,0	11,8	0	0,0
AP	14,93	1	12,5	14,7	4	50,0
AM	7,25	1	12,5	12,7	2	25,0
BA	3,03	2	5,1	7,3	4	10,3
CE	13,87	0	0,0	8,2	1	4,6
DF	8,55	1	12,5	14,7	0	0,0
ES	13	2	20,0	20,2	4	40,0
GO	12,78	2	11,8	6,8	2	11,8
MA	11,51	2	11,1	11,4	1	5,6
MT	19,12	2	25,0	17,7	1	12,5
MS	21,84	0	0,0	21,6	0	0,0
MG	9,93	1	1,9	10,2	3	5,7
PA	13,82	1	5,9	15,1	2	11,8
PB	7,95	1	8,3	6,7	0	0,0
PR	7,62	1	3,3	9,8	0	0,0
PE	8,63	0	0,0	11,8	1	4,0
PI	10,23	1	10,0	4,8	0	0,0
RJ	13,63	6	13,0	13,6	6	13,0
RN	13,79	2	25,0	11,3	2	25,0
RS	10,45	4	12,9	11,4	3	9,7
RO	15,7	1	12,5	16,4	1	12,5
RR	13,89	2	25,0	15,7	2	25,0
SC	9,68	1	6,3	10,5	1	6,3
SP	9,86	6	8,6	14,4	3	4,3
SE	15,28	0	0,0	24,5	0	0,0
TO	22,58	1	12,5	22,2	1	12,5
Brasil	11,5	42	8,2	12,7	45	8,8

Fonte: TSE, 2002 e 2006

Um debate importante no atual contexto brasileiro sobre as razões para o não funcionamento das cotas, diz respeito à relação entre aumento de candidaturas e aumento de eleitas. A existência de uma maior “oferta” (candidaturas) no mercado eleitoral pode ampliar as possibilidades de eleição de mulheres. Isto tende a ocorrer porque existem maiores opções de escolha e, com isto, as candidatas se tornam mais visíveis. Sem dúvida, há uma diferença entre o eleitor ter a chance de escolher entre duas ou entre 10 mulheres. Os gráficos 6 e 7 mostram a relação entre o percentual de candidatas e eleitas do sexo feminino nas eleições de 2002 e 2006. Em ambos os casos, a reta de tendência mostra que o número de mulheres eleitas tende a crescer quando cresce o percentual de mulheres candidatas. Contudo, a percentagem da variância explicada, medido pelo R^2 , é somente de 3,4% em 2002 e 6,1% em 2006. Desta forma, percebe-se que existem outras variáveis influenciando o comportamento do sucesso ou insucesso eleitoral das mulheres. Isto sugere a necessidade de parcimônia na associação entre ampliação de candidaturas e maior chance de eleição.

Gráfico 6. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara Federal, por Unidades da Federação, nas eleições gerais de 2002

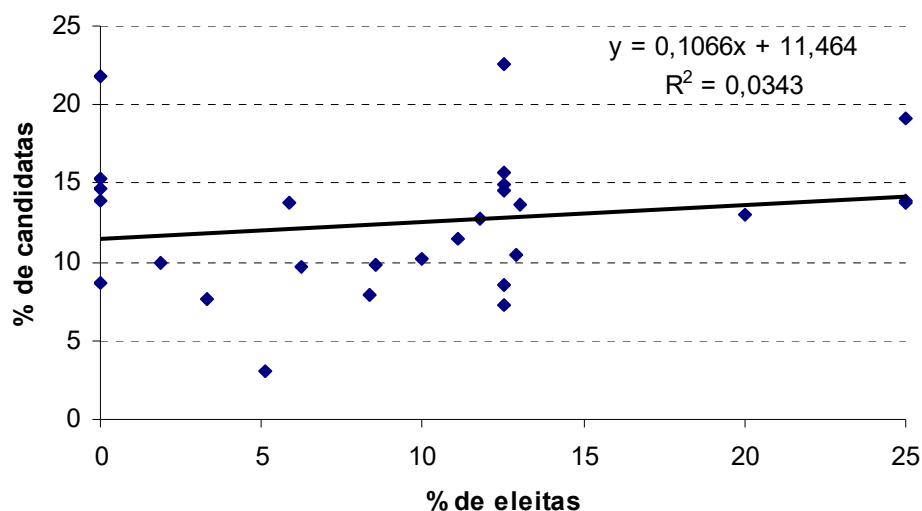
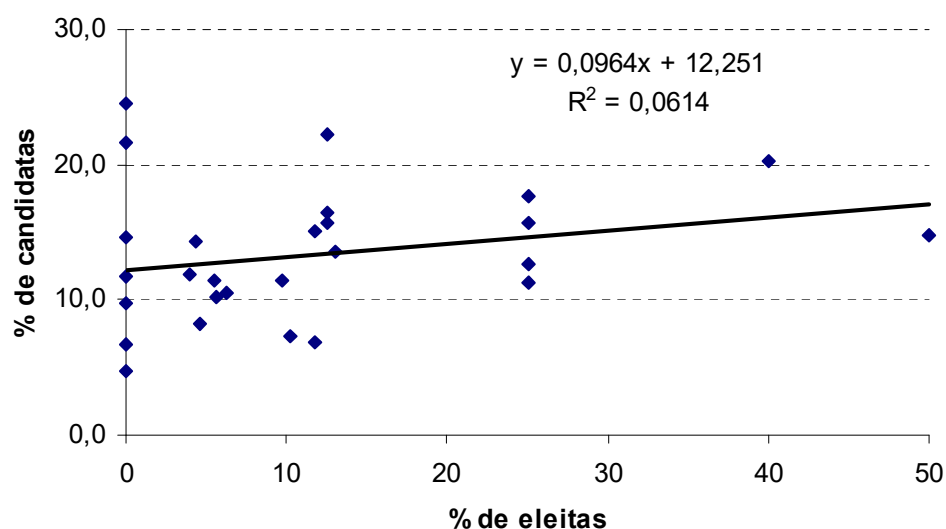


Gráfico 7. Percentual de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara Federal, por Unidades da Federação, nas eleições gerais de 2006



Fonte: TSE, 2002 e 2006

Resgatando a perspectiva multicausal, não se pode esperar uma relação de causa e efeito, o que nos leva a relativizar as expectativas sobre as cotas. E nos leva, também, a um olhar sobre a interação da variável candidatura com outras variáveis. De todo modo, é possível dizer que a política de cotas, tal como formulada no Brasil, não tem sido suficiente para reverter a sub-representação feminina no Parlamento. Embora uma análise multivariada mais completa possa vir a determinar o peso efetivo de cada um desses fatores olhados isoladamente, os dados obtidos constituem pistas iniciais importantes.

Ao lado da análise acerca dos pesos dos diversos fatores, consideramos também importante identificar as chances das mulheres candidatas em relação aos homens candidatos, o que nos daria uma avaliação mais geral sobre, em que medida, isolando-se esses outros fatores, as chances das mulheres em relação à chance dos homens são mediadas pela relação entre o universo de competidores e de eleitos. Consideramos que algumas análises descritivas

poderiam enriquecer as hipóteses testadas anteriormente. Decidimos por analisar o impacto relativo das candidaturas sobre a elegibilidade das mulheres, sob o ângulo, descritivo e também comparativo. Para tanto, optamos por trabalhar com a Taxa Relativa de Sucesso⁵, um tipo de agregação usada em outro trabalho, no qual foram analisados os anos de 1994 a 2002 e considerado, ao mesmo tempo, o fator “magnitude do distrito”. O objetivo era avaliar, também, se as Taxas Relativas de Sucesso acompanhavam a variação observada para os tipos de distritos eleitorais. A vantagem dessa fórmula é que ela permite (desconsiderando os outros fatores), igualar a relação entre candidaturas e eleição entre homens e mulheres.

Em relação às quatro últimas eleições, quando os resultados são agrupados de acordo com a magnitude dos distritos, o cálculo da Taxa Relativa de Sucesso mostra que, proporcionalmente, mulheres se candidatam e se elegem mais nos distritos pequenos e suas desvantagens são maiores nos distritos grandes, conforme se pode notar na tabela 2.

Tabela 2 – Taxa Relativa de Sucesso de candidatas a Deputadas Federais – 1994-2006

Distritos	1994	1998	2002	2006
	Tx. de sucesso	Tx. de sucesso	Tx. de sucesso	Tx. de sucesso
Grandes	106,84	49,93	74,23	60,38
Médios	64,84	39,07	47,8	46,39
Pequenos	117,41	68,05	86,41	98,29
Total	98,35	52,01	69,32	65,14

Fonte: Araújo, 2006

A tabela permite observar que: as candidatas ficaram longe de obter o sucesso dos homens em termos de elegibilidade (=100); há certa relação entre universo de candidatas e chances de sucesso, mas esta relação importa até certo ponto e varia entre tipos de distritos; estas chances são maiores nos distritos pequenos, em seguida nos distritos grandes e, por fim, nos distritos médios. Entretanto, são, sobretudo alguns dos distritos grandes que também concentram os maiores IDH's, maior organização política e número maior de partidos. Situação idêntica pode ser encontrada entre alguns distritos de média magnitude. Isto, porém, não significa dizer que, necessariamente, os distritos de baixa magnitude e com elevados percentuais de candidaturas apresentarão sempre resultados positivos.

A Taxa de Sucesso de forma desagregada, pelos estados da federação nos anos de 2002 e 2006 também foi analisada em artigo de Araújo (2006). A autora observou que embora ocorressem algumas variações entre os estados nos dois períodos, há certas recorrências que

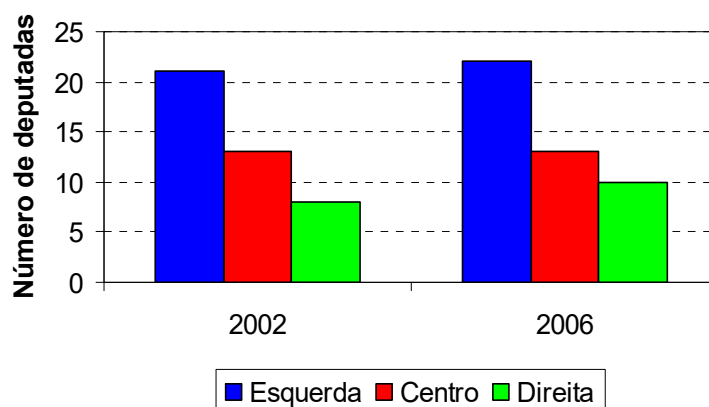
⁵ Esta taxa, usada por Schmidt (2002) e por Araújo e Schmidt (2004:10), visa apenas avaliar quais as chances de elegibilidade no universo da disputa de homens e de mulheres candidatos, considerando apenas a variável candidatura e sem considerar, claro, outros fatores. Trata-se da porcentagem de mulheres candidatas que foram eleitas, dividida pela porcentagem de homens candidatos, eleitos, e multiplicada por 100. Assim, a Taxa Relativa de Sucesso (TRS) igual a 100 significa que os candidatos de cada sexo têm a mesma chance de se eleger. Quando o número for menor que 100 significa que os homens tiveram resultados melhores. Quando for maior que 100 as mulheres tiveram resultados melhores, relativamente aos homens no universo que estavam disputando. O que a Taxa faz é ajudar a compreender um pouco a competitividade de um conjunto de concorrentes, de ambos os sexos, num determinado universo. Este pode ser o país, o estado ou o partido. E tal competitividade pode variar pela interação de diversos fatores, tanto sistêmicos, vinculados ao sistema eleitoral, como pessoais ou de tipos de capitais. Com isto, serve também para mostrar a influência relativa do aumento das candidaturas e, quando associada à outras variáveis, o impacto deste aumento.

vão na mesma direção dos dados da tabela 1: as Taxas de Sucesso positivas (acima de 100) foram mais freqüentes nas duas últimas eleições nos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima, ao passo que Taxas mais negativas, foram observadas nos estados de Sergipe, Piauí, Rio Grande do Sul, Alagoas e Paraná. Com exceção da Bahia, de elevada magnitude e baixo IDH, os outros são estados de baixa magnitude e médio ou baixo IDH. Já os que vêm obtendo menores taxas de sucesso variam tanto na magnitude quanto no IDH.

Com efeito, tanto a Taxa Total, como o olhar sobre os percentuais de candidaturas por cada estado da Federação, nos sugere que, no atual contexto e tipo de sistema eleitoral, o peso deste fator no caso brasileiro destoa significativamente do que tem sido destacado pela maior parte da literatura. A relação importa até certo ponto, porém não é direta e depende de outras variáveis.

Um primeiro aspecto a destacar é que os dados comparados das eleições de 2002 e de 2006 reforçam ainda o que tem sido afirmado pela maior parte da literatura. Considerando, *grosso modo*, os três grandes blocos, verifica-se que os partidos definidos como de esquerda tendem a eleger um percentual maior de mulheres, conforme observamos no gráfico 3.

Gráfico 3: Perfil ideológico de mulheres eleitas para Deputada Federal nas eleições 2002 e 2006



Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados do TSE, 2006

No exercício de exploração dessas interações, a fim de melhor verificar a relação com os partidos, sua magnitude e sua potencialidade para absorver mulheres do fator, já testado para 2002, porém de forma distinta, resolvemos analisar o resultado de 2006 a partir do que definimos como Taxa Relativa de Sucesso entre os partidos que elegeram mulheres. Procuramos observar o comportamento destes partidos em relação às proporções de candidaturas e de eleitas. Esta taxa diz apenas qual o sucesso das mulheres em relação ao sucesso dos homens que concorreram dentro de um determinado partido, mas não define as causas desse sucesso. De início cabe observar que: a) nem todos os partidos elegeram deputados; b) entre os que não elegeram, varia muito o percentual de mulheres entre seus candidatos; c) entre os 21 que terão representantes na Câmara, 13 partidos elegeram mulheres como deputadas.

A tabela 3 mostra que as maiores Taxas de Sucesso ocorreram entre os partidos pequenos ou “nanicos”. Estes foram, também, partidos com elevados índices de candidaturas entre os que

elegeram deputadas. Mas suas bancadas são pequenas e, portanto, o número de mulheres eleitas também tende a ser pequeno. Uma exceção é o PC do B. Entretanto, quando passamos aos partidos médios, notamos que apenas um partido, de esquerda, o PSB elegeu mais mulheres. É interessante notar, também, que mesmo negativa, as duas taxas de sucesso seguintes próxima a 100 foram, respectivamente, do PMDB e do PP. No PMDB as mulheres que concorreram tiveram um desempenho um pouco melhor e mais próxima, ainda que não igual, à dos homens.

Tabela 3– Taxa Relativa de Sucesso dos partidos que elegeram deputadas à Câmara Federal – 2006

Partido	Taxa de sucesso	% de eleitas/total eleitos partido	% candidatas/total no partido	Ranking % candidatas	Ranking % eleitas
PRONA	403,70	50,0	19,9	2º.	1º.
PSOL	281,03	33,3	15,1	9º.	3º.
PC do B	202,21	41,7	23,6	1º.	2º.
PTC	258,33	25,0	16,2	8º.	4º.
PSB	184,13	22,2	13,4	11º.	5º.
PMDB	90,87	10,1	11,1	22º.	6º.
PP	92,48	7,3	7,9	26º.	10º.
PPS	68,46	9,1	12,8	14º.	7º.
PT	65,94	8,4	12,3	18º.	8º.
PFL	60,42	7,6	12,1	19º.	9º.
PL	36,0	4,3	11,2	21º.	12º.
PDT	37,01	4,2	10,5	24º.	13º.
PSDB	27,25	4,6	14,9	10º.	11º.

Fonte: TSE, 2006

Mais uma vez chamamos atenção para o desempenho do partido nas eleições aos governos estaduais e a relação com os estados onde as candidatas do partido foram eleitas. Já o PP, como se pode observar na quarta coluna, teve um dos piores percentuais de mulheres candidatas. Entre outros aspectos, isto nos permite supor que a competitividade das candidatas do PP não era tão fraca, seja por seus perfis eleitorais, seja pela força relativa do partido em relação à outros partidos nos estados onde essas mulheres eleitas disputaram.

Contudo, um olhar sobre a distribuição das eleitas por partido e estado sugere: a) há uma distribuição mais dispersa entre os partidos de esquerda e um pouco mais homogênea entre os médios e grandes partidos de Centro e de Direita; b) o mapa eleitoral por onde as mulheres se elegem acompanha, também, as lógicas estaduais das coligações e a força dos partidos nessas disputas e nos estados. Entretanto, em que pese a Taxa Relativa permitir um olhar mais comparativo, cabe destacar que mais de 50% das eleitas em 2006 pertencem aos 4 grandes partidos já indicados em 2002– PT, PSDB, PMDB e PFL.

Os dados nos sugerem, portanto, que além dos fatores já apresentados, outros, relacionados com a fragmentação partidária, mas também com a magnitude (tamanho dos partidos que disputam em cada estado) surgem como relevantes na análise das chances de vitória das mulheres.

ANÁLISE MULTIVARIADA

Considerando a discussão anterior, procuramos incorporar as variáveis que vêm sendo objeto de debate e avaliação pela literatura a fim de tentar observar o peso e as interações entre esses fatores. A análise estatística multivariada apresentada neste trabalho foi elaborada utilizando-se as diversas variáveis disponíveis no banco de dados do TSE para todos os candidatos (de ambos os sexos) ao cargo de deputado federal nas eleições gerais de 2002 e de 2006. Para a avaliação do nível de desenvolvimento do Estado foram testadas algumas variáveis como o grau de urbanização, a densidade demográfica e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, fornecidas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD 2004).

A escolha pelo modelo de regressão logística se deve ao tipo binário da variável resposta, isto é, a chance de qualquer candidato (do sexo masculino ou feminino) ser eleito. As covariáveis do modelo são de dois tipos: a) aquelas com base nos “atributos” individuais dos candidatos e candidatas: sexo, educação, idade, situação conjugal, partido pelo qual se candidata e reeleição e b) aquelas características próprias da Unidade da Federação na qual se dá a disputa, envolvendo: aspectos socioeconômicos e variáveis associadas ao sistema eleitoral - grau de urbanização, densidade demográfica e Índice de Desenvolvimento Econômico – IDH; e associadas ao sistema eleitoral, envolvendo: a magnitude do “distrito” (número de vagas a deputados federais que cada Unidade da Federação possui); e tamanho dos partidos (número de candidatos que um partido elege em relação ao total de vagas disponíveis no Estado). A variável “percentagem de candidatas” em cada UF foi testada, mas não apresentou significância estatística. Foram testados quatro modelos para ambas as eleições. Dois com ambos os sexos (homens e mulheres), sendo um (tabela 4) sem a variável reeleição e outro (tabela 5) com a reeleição, um terceiro modelo (tabela 6) só com os homens e um quarto (tabela 7) só com as mulheres.

A tabela 4 mostra os resultados das variáveis que apresentaram significância estatística (ao nível de 97%) no primeiro modelo, para as eleições de 2002 e 2006: sexo, educação, idade, situação conjugal, partidos, magnitude do "distrito", densidade demográfica e IDH. Considerando igual a 1 a chance dos homens serem eleitos, as mulheres possuíam chances menores, isto é, de 0,67, em ambas as eleições. A maior educação aumenta as chances de eleição tanto de homens, quanto de mulheres, sendo que a probabilidade de vitória cresce ainda mais para os/as candidatos/as com curso superior completo, que possuíam mais de três vezes (3,11) chances de eleição, em 2002, e mais de quatro vezes (4,37) chances, em 2006, em relação àqueles com menor nível educacional.

Em estudo recente, Schutz et al (2006) levantaram e compararam a escolaridade de deputadas argentinas e brasileiras e constataram que predomina a escolaridade de nível superior em ambos os casos. Mas a proporção de brasileiras com nível superior completo e/ou pós-graduação na legislatura de 2002 alcança 73% e é maior do que entre as argentinas. Isto é relevante porque há maior inversão entre a escolaridade da população e a dos parlamentares no Brasil em comparação com a Argentina. No nosso caso, onde apenas 6,9% da população acima de 25 anos de idade possui nível superior completo, segundo o censo demográfico de 2000 (IBGE, 2002), nota-se que o universo dos potenciais competidores a um cargo de deputado federal surge como muito restrito. Sobre isto, é interessante notar que no Brasil, entre os candidatos ao cargo de Deputado Federal no ano de 2006, 52,85% declararam possuir nível superior completo. Mas entre os que se elegeram, 80,5% possuíam nível superior completo. Ou seja, a rota que leva à candidatura e depois à eleição, mostra que o acesso à elite política é ainda mais restrito.

Tabela 4: Modelo logístico da chance de se eleger um deputado federal segundo algumas covariáveis selecionadas, ambos os sexos. Brasil, 2002 e 2006

Variáveis	Coeffi- entes	Pr > ChiSq	Razão de Chances	Coeffi- entes	Pr > ChiSq	Razão de Chances
	2002			2006		
Sexo						
Masculino			1			1
Feminino	-0,4	0,0264	0,67	-0,41	0,0175	0,67
Educação						
Até médio incompleto			1			1
Sup incompleto e médio completo	0,69	0,0005	1,99	0,61	0,0051	1,84
Superior completo	1,13	<.0001	3,11	1,48	<.0001	4,37
Idade						
Até 35 anos			1			1
35 anos e +	0,59	0,0026	1,81	0,12	0,4955	1,13
Situação conjugal						
Não casado			1			1
Casado	0,32	0,0048	1,38	0,34	0,0027	1,40
Partidos						
Demais partidos			1			1
PFL	1,94	<.0001	6,95	1,66	<.0001	5,26
PMDB	1,37	<.0001	3,94	1,61	<.0001	5,03
PSDB	1,44	<.0001	4,2	1,24	<.0001	3,47
PT	1,3	<.0001	3,69	1,49	<.0001	4,44
Tamanho do "distrito"						
Pequeno (8 a 10 vagas)			1			1
Médio (11 a 30 vagas)	0,55	0,0002	1,4	0,20	0,1532	1,22
Grande (31 e +)	0,33	0,0162	1,73	0,27	0,059	1,32
Densidade demográfica da UF	0	0,0253	0,99	0,00	0,0647	1
IDH da UF	-2,66	0,0152	0,07	-3,96	0,0002	0,02
Intercepto	-2,32	0,0042		-1,14	0,1449	
-2 Log L	2.691,57			2.790,77		
-2 Log L- modelo nulo	3.143,07			3.295,83		
N	4298			4946		
Análise de efeitos - tipo 3						
Efeitos	Grau de liberdade	Wald Chi- Square	Pr > ChiSq	Grau de liberdade	Wald Chi- Square	Pr > ChiSq
Sexo	1	4,93	0,0264	1	5,64	0,0175
Educação	2	75,93	<.0001	2	115,87	<.0001
Idade	1	9,07	0,0026	1	0,46	0,4955
Situação conjugal	1	7,94	0,0048	1	8,99	0,0027
Partidos	4	222,31	<.0001	4	226,48	<.0001
Tamanho do "distrito"	2	14,05	0,0009	2	3,78	0,1508
Densidade demográfica da UF	1	5	0,0253	1	3,41	0,0647
IDH da UF	1	5,9	0,0152	1	13,61	0,0002

Fonte: TSE, 2002 e 2006

No mesmo sentido, os/as candidatos/as com idade acima de 35 anos possuem maiores chances de vitória. Isto se explica, como discutimos antes, provavelmente pela necessidade de construção de uma carreira política que requer certa trajetória ou acúmulo de capitais e recursos políticos. Algumas exceções são aqueles considerados “famosos” por alguma razão, ou os que herdaram um capital familiar e, por isto, não necessitam fazer um percurso muito longo, algo que também não é incomum na política brasileira. Alguns dados disponíveis para 2006 também reforçam essa tendência. A influencia estatística da situação conjugal - os/as

candidatos/as casados/as possuíam razão de chances de 1,38 vezes maior, em 2002, e 1,4 vezes, em 2006, do que aqueles/as não-casados/as (solteiros, separados, viúvos, etc.), se deve, provavelmente, à relação com a variável anterior. Nas faixas etárias mais altas tende a ser mais comum as pessoas estarem casadas (considerando ainda que o dado indica o estado civil e não a situação conjugal de fato).

Quanto aos fatores institucionais, a variável “partido” tem grande poder de explicação neste modelo, sendo que os partidos que mostraram resultados mais expressivos foram os quatro grandes, ou seja, exatamente aqueles quatro que elegeram as maiores bancadas na Câmara dos Deputados em 2002 e também em 2006. Tomando-se como referência todos os outros partidos, PFL, PSDB, PMDB e PT apresentaram maiores razões de chances de eleger homens e mulheres. Nota-se que as chances de eleição do PMDB e do PT aumentaram em 2006 em relação à eleição anterior. Já a variável explicativa magnitude do “distrito” mostra que, quando se considera homens e mulheres no modelo, as maiores Unidades da Federação apresentam maiores razões de chances, exatamente porque possuem maior quantidade de vagas. A variável Densidade Demográfica não apresentou grande influência nos resultados, embora tenha significância estatística no modelo. Controlada todas estas variáveis, o IDH apresentou coeficiente com sinal negativo e razão de chance de 0,07, em 2002, e 0,02, em 2006, mostrando que a probabilidade de um/a candidato/a se eleger diminui na medida que cresce o IDH da Unidade da Federação. O teste de Wald⁶ na tabela 4 mostra que as variáveis “Partido” e “Educação” são as que mais explicam a variância dos dados e que, portanto, possuem maior efeito sobre as chances de vitória de homens e mulheres, tanto em 2002, quanto em 2006.

Acrescentando, ao modelo anterior, a covariável “Reeleição” os resultados mudam bastante, como pode ser comprovado na tabela 5. As variáveis sócio-demográficas, densidade demográfica e IDH perdem poder explicativo, especialmente em 2002. Neste novo ajuste do modelo para 2002 e 2006, apenas as variáveis Educação, Tamanho dos Partidos e Reeleição apresentaram significância estatística (ao nível de 97%), sendo que a reeleição é a variável que assume o maior peso explicativo (ver o valor do teste Wald). Um deputado que buscou a reeleição teve 25,57 vezes mais chance de se reeleger, em 2002, e 16,2 vezes, em 2006.

Isto sugere uma inércia eleitoral. Ou seja, aqueles que fazem parte do corpo legislativo possuem maiores chances de continuar pertencendo ao parlamento. Evidentemente, o peso do fator reeleição beneficia os homens que são maioria na Câmara dos Deputados e desfavorece as mulheres que buscam reverter a hegemonia masculina no Poder Legislativo. Desta forma, os dados indicam que entre os diversos fatores causais da sub-representação feminina na política o alto percentual de candidatos reeleitos tende a manter a atual composição de gênero e dificultar a renovação do Parlamento⁷. Considerando que a reeleição parece ser uma tendência que vem se fortalecendo nas últimas eleições é possível dizer que as mulheres, apesar de seu crescente envolvimento político, estão encontrando cenários mais adversos, embora outros fatores possam pesar mais para que, eventualmente, elas possam conseguir se eleger⁸.

⁶ O teste de Wald é utilizado para avaliar se o parâmetro é estatisticamente significativo. Este teste tem distribuição Normal, sendo seu valor comparado com valores tabulados de acordo com o nível de significância definido.

⁷ Nota-se que estamos considerando a reeleição apenas dos deputados que tinham mandato no momento do pleito. Contudo existem muitos homens que não tinham mandatos no momento das eleições, mas já haviam participado de outras legislaturas, fato raro entre as mulheres.

⁸ Em 1994 a renovação foi de 58%, em 1998 de 50,7%, em 2002 de 49,9% e em 2006 de 47% (O Globo, 03/10/2006, p. 22).

Tabela 5: Modelo logístico da chance de se eleger um deputado federal segundo algumas covariáveis selecionadas, incluindo reeleição, ambos os sexos. Brasil, 2002 e 2006

Variáveis	2002			2006		
Sexo						
Masculino			1			1
Feminino	-0,19	0,3855	0,83	-0,2328	0,2188	0,792
Educação						
Até médio incompleto			1			1
Sup incompleto e médio completo	0,5	0,034	1,66	0,4243	0,0745	1,53
superior completo	0,81	<.0001	2,26	1,2128	<.0001	3,36
Idade						
Até 35 anos			1			1
35 anos e +	0,02	0,91	1,03	-0,2787	0,1471	0,76
Situação conjugal						
Não casado			1			1
Casado	0,28	0,0456	1,32	0,1125	0,3712	1,12
Partidos						
Demais			1			1
PFL	1,04	<.0001	2,84	1,4446	<.0001	4,24
PMDB	0,59	0,0042	1,81	1,3483	<.0001	3,85
PSDB	0,62	0,0033	1,87	1,1807	<.0001	3,26
PT	1,38	<.0001	3,97	1,123	<.0001	3,07
Tamanho do "distrito"						
Pequeno (8 a 10 vagas)			1			1
Médio (11 a 30 vagas)	0,19	0,261	1,21	0,01	0,9307	1,01
Grande (31 e +)	0,14	0,4257	1,15	0,08	0,6046	1,09
Densidade demográfica da UF	0	0,0388	0,99	0,00	0,3935	1,00
IDH da UF	-0,07	0,9614	0,94	-3,10	0,0116	0,05
Candidatos à reeleição	3,24	<.0001	25,57	2,78	<.0001	16,20
Intercepto	-3,89	0,0001		-1,54	0,0868	
-2 Log L	1892,44			2275,73		
-2 Log L- modelo nulo	2915,57			3295,83		
N	3864			4946		
Análise de efeitos - tipo 3						
Efeitos	Grau de liberdade	Wald Chi-Square	Pr > ChiSq	Grau de liberdade	Wald Chi-Square	Pr > ChiSq
Sexo	1	0,75	0,3855	1	1,51	0,2188
Educação	2	27,51	<.0001	2	68,80	<.0001
Idade	1	0,01	0,91	1	2,10	0,1471
Situação conjugal	1	4	0,0456	1	0,80	0,3712
Partidos	4	76,37	<.0001	4	124,71	<.0001
Tamanho do "distrito"	2	1,32	0,5158	2	0,32	0,8534
Densidade demográfica da UF	1	4,27	0,0388	1	0,73	0,3935
IDH da UF	1	0	0,9614	1	6,37	0,0116
Candidatos à reeleição	1	544,63	<.0001	1	501,04	<.0001

Fonte: TSE, 2002 e 2006

As tabelas 6 e 7 apresentam os resultados dos modelos ajustados separadamente para homens e mulheres. No caso masculino, como no modelo anterior, apenas as variáveis Educação,

Partido e Reeleição apresentaram significância estatística (ao nível de 99%). No caso feminino, somente as variáveis “Magnitude do Partido” e “Reeleição” apresentaram significância estatística (ao nível de 99%).

Contudo, existem algumas diferenças importantes e muito reveladoras dos diferentes pesos de algumas variáveis sobre as diferentes chances das mulheres, em comparação com os homens. Como dissemos a idade também está relacionada às diferentes trajetórias de homens e mulheres no espaço público e às suas responsabilidades no espaço doméstico. Sem considerar a variável reeleição, é possível notar que, enquanto para os homens a chance de ser eleito é ligeiramente maior até os 35 anos, no caso das mulheres, a chance cresce bastante após os 35 anos, o que, provavelmente, revela o ingresso mais tardio, possíveis interrupções de carreiras e a necessidade de acumular capitais políticos maiores do que os homens. Essas tendências também tendem a aparecer nos dados de 2006. Assim, apenas 4,0 dos parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados tinham até 30 anos de idade, ao passo que 81% tinham entre 31 e 60 anos. Observando-se a distribuição dos percentuais de candidaturas para o cargo de Deputado Federal, segundo o sexo e a faixa etária, constatamos o que este e outros estudos já haviam identificado e sugerido: as mulheres levam mais tempo para tentar ou para construir uma carreira política do que os homens, já que entre as mulheres, 52% se encontravam na faixa etária de 45 a 59 anos, ao passo que entre os homens este percentual foi de 48%.

Mas um dado novo e interessante é que entre as mulheres, 1,8% das candidatas se encontravam na faixa dos 18 aos 24 anos, contra 0,9% dos homens. Isto sugere que, entre os mais jovens, as mulheres podem estar se sentindo um pouco mais estimuladas a tentar a carreira política. Mais uma vez, a diferença na variável casamento também tende a se explicar pelo perfil e universo de quem entra, embora, quando olhamos internamente aos eleitos, notamos que há bem mais mulheres solteiras, separadas ou divorciadas do que homens. Mesmo a variável educação mostra uma ligeira diferença, sugerindo que ainda é mais importante para as mulheres terem curso superior do que para os homens. Por último, o IDH também é bastante revelador: as chances das mulheres serem eleitas em estados com menores IDHs tende a ser mais elevada.

Tabela 6: Modelo logístico da chance de se eleger um deputado federal segundo algumas covariáveis selecionadas, sexo masculino, Brasil, 2002 e 2006

Variáveis	Coeficientes	Pr > ChiSq	Razão de Chances	Coeficientes	Pr > ChiSq	Razão de Chances
	2002			2006		
Educação						
Até médio incompleto			1			1
Sup incompleto e médio completo	0,43	0,0869	1,54	0,30	0,2481	1,35
superior completo	0,83	<.0001	2,3	1,24	<.0001	3,45
Idade						
Até 35 anos			1			1
35 anos e +	-0,09	0,6808	0,91	-0,22	<.0001	0,80
Situação conjugal						
Não casado			1			1
Casado	0,24	0,1004	1,28	0,09	0,4838	1,10
Partidos						
Demais partidos			1			1
PFL	0,99	<.0001	2,7	1,46	<.0001	4,29
PMDB	0,65	0,0029	1,91	1,33	<.0001	3,76
PSDB	0,56	0,0125	1,75	1,28	<.0001	3,61

PT	1,32	<.0001	3,75	1,24	<.0001	3,46
Tamanho do "distrito"						
Pequeno (8 a 10 vagas)			1			1
Médio (11 a 30 vagas)	0,24	0,1827	1,27	0,10	0,5686	1,1
Grande (31 a 70 vagas)	0,17	0,3731	1,19	0,10	0,5881	1,1
Densidade demográfica da UF	0	0,0374	1	0,00	0,5057	1
IDH da UF	0,16	0,9131	1,17	-2,65	0,0398	0,07
Candidatos à reeleição	3,29	<.0001	26,93	2,80	<.0001	16,43
Intecepto	-3,93	0,0002		-1,99	0,0349	
-2 Log L	1.698,56			2013,83		
-2 Log L- modelo nulo	2.651,55			2963,43		
N	3432			4319		
Análise de efeitos - tipo 3						
Efeitos	Grau de liberdade	Wald Chi-Square	Pr > ChiSq	Grau de liberdade	Wald Chi-Square	Pr > ChiSq
Educação	2	26,67	<.0001	2	67,28	<.0001
Idade	1	0,17	0,6808	1	1,13	0,2877
Situação conjugal	1	2,7	0,1004	1	0,49	0,4838
Partidos	4	62,07	<.0001	4	119,52	<.0001
Tamanho do "distrito"	2	1,82	0,4033	2	0,40	0,8191
Densidade demográfica da UF	1	4,33	0,0374	1	0,44	0,5057
IDH da UF	1	0,01	0,9131	1	4,23	0,0398
Candidatos à reeleição	1	507,95	<.0001	1	460,22	<.0001

Fonte: TSE, 2002 e 2006

Tabela 7: Modelo logístico da chance de se eleger um deputado federal segundo algumas covariáveis selecionadas, sexo feminino, Brasil, 2002 e 2006

Variáveis	Coeficientes	Pr > ChiSq	Razão de Chances	Coeficientes	Pr > ChiSq	Razão de Chances
		2002			2006	
Educação						
Até médio incompleto			1			1
Sup incompleto e médio completo	0,43	0,4326	1,53	0,99	0,1221	2,68
superior completo	1,06	0,1575	2,89	0,95	0,0634	2,59
Idade						
Até 35 anos			1			1
35 anos e +	1,48	0,166	4,39	-0,38	0,4791	0,68
Situação conjugal						
Não casado			1			1
Casado	0,48	0,2458	1,62	0,12	0,7341	1,13
Partidos						
Demais			1			1
PFL	1,72	0,0264	5,6	1,56	0,0155	1,35
PMDB	0,04	0,9572	1,04	1,51	0,0045	4,54
PSDB	1,27	0,0602	3,55	0,23	0,7323	1,26
PT	1,92	0,0002	6,83	0,30	0,6152	4,76
Tamanho do "distrito"						
Pequeno (8 a 10 vagas)			1			1
Médio (11 a 30 vagas)	-0,33	0,5554	0,72	-0,76	0,1426	0,91
Grande (31 a 70 vagas)	-0,25	0,6443	0,78	0,27	0,5724	0,47
Densidade demográfica da UF	0,00	0,9252	1	0,00	0,4542	1,00
IDH da UF	-0,49	0,9189	0,62	-7,46	0,0756	0,01
Candidatos à reeleição	2,82	<.0001	16,75	2,91	<.0001	18,42
Intercepto	-4,98	0,1733		2,08	0,4883	

-2 Log L	183,08	247,14
-2 Log L- modelo nulo	257,30	323,78
N	432	627
Análise de efeitos - tipo 3		
Efeitos	Grau de liberdade Wald Chi-Square Pr > ChiSq	Grau de liberdade Wald Chi-Square Pr > ChiSq
Educação	2 2 0,3681	2 3,74 0,1538
Idade	1 1,92 0,166	1 0,50 0,4791
Situação conjugal	1 1,35 0,2458	1 0,12 0,7341
Partidos	4 16,96 0,002	4 12,08 0,0168
Tamanho do "distrito"	2 0,44 0,8045	2 3,28 0,1936
Densidade demográfica da UF	1 0,01 0,9252	1 0,56 0,4542
IDH da UF	1 0,01 0,9189	1 3,16 0,0756
Candidatas à reeleição	1 32,07 <.0001	1 38,21 <.0001

Fonte: TSE, 2002 e 2006

Se considerarmos, agora, as chamadas “variáveis institucionais”, a discutida perspectiva multicausal tende a tornar-se mais perceptível. Ao mesmo tempo, nem todos os dados confirmam as tendências discutidas pela literatura. No caso da variável “magnitude do distrito” os resultados brasileiros apontam em sentido contrário. Os dados da tabela 7 mostram também que, no caso do ajuste do modelo apenas para as candidaturas femininas, a magnitude do “distrito” atua no sentido contrário do que acontece com as candidaturas masculinas, ou seja, as mulheres apresentam maiores chances de serem eleitas nas menores Unidades da Federação. Ao passo que os homens têm mais chances nos distritos médios, em seguida nos distritos grandes (que concentram também a maior parte dos estados com IDH mais elevado) e chances menores nos distritos pequenos.

Por outro lado, o tamanho do partido mostrou-se relevante antes e depois de acrescentada a variável reeleição, confirmando análises anteriores que começam a indicar um sentido inverso ao usualmente consagrado pela literatura (Matland, 2002; Schmidt, 2003). Quando olhamos apenas as mulheres, observamos que os quatro grandes partidos continuam tendo maior peso na eleição tanto de homens como de mulheres. Ou seja, não é indiferente o tamanho e/ou o perfil dos partidos pelos quais as mulheres concorrem. Isto implica nas suas chances de eleição, assim como na disputa por conseguir uma vaga nos partidos mais competitivos. Em 2002, as chances das mulheres se elegerem são muito maiores nos quatro grandes partidos, em comparação com os outros. Ao mesmo tempo, quando olhamos as chances entre estes quatro grandes partidos, notamos que é no PT que as candidatas têm mais chances (6,83 vezes). Isto confirma um dos fatores discutidos e já indicados pela literatura, ou seja, o de que as mulheres tendem a ter mais chances nos partidos de esquerda. Mais uma vez, cabe lembrar que esta variável também está condicionada a outras e que o próprio peso do partido tende a ser relevante para determinar essas chances.

Quando introduzimos a reeleição, esta passa a ser a variável mais importante, mas a razão de chances de sucesso para as candidaturas à reeleição é maior entre os homens (26,93 vezes) do que entre as mulheres (16,65 vezes). Portanto, mesmo as mulheres que conseguem entrar no fechado espaço da Câmara dos Deputados possuem menores chances de continuar participando em Legislaturas consecutivas. Este também é um dado confirmado pelos resultados da eleição de 2006. Enquanto o percentual de reeleição total da Câmara foi de 54%, entre as mulheres esse percentual foi de 39,5%. Ou seja, mesmo quando conseguem se eleger, as chances de continuarem como parlamentares são menores, o que sugere o déficit de outros capitais e o peso de outros fatores envolvidos na competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres brasileiras tiveram um grande avanço social nas últimas décadas, mas permaneceram ausentes dos cargos formais da política. E a criação da política de cotas, em 1995 (Lei 9.100) não foi suficiente para reverter o quadro de baixa participação parlamentar.

Por meio de uma análise multivariada, foi possível mostrar neste trabalho, que a principal variável que explica a vitória eleitoral de um candidato é a reeleição. Tanto para 2002, quanto para 2006, ficou claro que ser deputado e disputar a reeleição se constitui em capital determinante. Isto significa a predominância de uma dinâmica de ingresso com pouca rotatividade e marcada por requisitos difíceis de serem conquistados pelos *out-siders*. Por exemplo, um parlamentar possui uma infraestrutura pública de apoio à ação política que nenhum outro cidadão possui. E como os homens possuem uma vantagem que vem desde o início da criação do parlamento, fica difícil para as mulheres romperem com esta hegemonia. E quando a política de cotas possui brechas que não são capazes de romper com a tradicional dominação masculina do número e do poder econômico das candidaturas tal dificuldade aumenta. Isto nos remete à necessidade de compreendermos se e como estas trajetórias têm sido modificadas nos partidos, desde a idade com que homens e mulheres vêm entrando nos partidos, como o tempo esperado entre sua filiação e seu ingresso na esfera dos competidores.

Os dados também confirmam alguns padrões descritos na literatura e que definem as trajetórias e os tempos de inserção como diferenciados para homens e mulheres. O primeiro diz respeito ao padrão de eleição de acordo com as magnitudes dos distritos. A *magnitude do distrito* (no. assentos em disputa) não parece guardar relação com a *densidade da disputa* (*relação candidato/vaga*). Contudo, associas à inversão encontrada para a variável IDH, importa destacar outras características da disputa. Uma primeira tende a contrariar os achados predominantes da literatura: são nos distritos pequenos e com menos, com menor número de vagas em disputa, que as mulheres tendem a se dar melhor. Nos distritos grandes, por sua vez, estão concentradas as maiores proporções da população; há maior fragmentação partidária na disputa eleitoral, isto é, há um número maior de partidos disputando e elegendo; e os partidos tendem a eleger bancadas proporcionalmente menores em razão da maior dispersão de votos. Com efeito, é possível considerar a possibilidade de que, nestes estados, pela diversificação da oferta (e não pela sua densidade), tornem-se necessários investimentos maiores por parte dos candidatos e partidos, seja na forma de capital financeiro, ou de outros capitais tais como redes de apoio e estrutura partidária. Esse contexto explicaria parte das razões pelas quais as mulheres tenderiam a se candidatar menos nesses distritos do que em distritos menores. E, de igual modo, a se eleger menos, proporcionalmente.

Considerando que o IDH tem sido usado como um indicador que adquiriu um significado que vai além do relativo ao desenvolvimento socioeconômico, pois remete, também, a situações sociais mais igualitárias; o fato de, no Brasil, as chances de uma eleição ao cargo de deputado federal para mulheres serem mais reduzidas exatamente nos estados com IDH mais elevado nos instiga possíveis hipóteses a serem futuramente exploradas. Uma seria a da relação entre os distritos maiores e com elevados IDH's, a participação democrática, o conservadorismo e as vias de construção de carreiras: poderíamos pensar no grau de politização, participação cívica e a característica elitista da política eleitoral no país como elementos com importante interferência. Neste caso, ao reduzir ou manter de forma inercial o ingresso e a formação de novos atores políticos, os padrões de associativismo terminariam por reduzir as chances de ampliação de novas lideranças. Ainda nesta perspectiva, é possível dizer que nos estados com menor IDH os tipos de requisitos, recursos e competências dos candidatos por onde se

constroem trajetórias políticas tendem a ser mais baseados em capitais familiares, clientelismo e filiações a grandes partidos, mais típicos de determinados estados e regiões. Já nos distritos de alta magnitude uma questão a explorar é se trajetórias políticas mais sólidas tenderiam a pesar e, em consequência, a existir maior cobrança ou expectativa do eleitorado em relação a certos tipos de competências, tipos estes distintos daqueles mencionados anteriormente. E se sobre as mulheres, uma vez em desvantagem, recairiam os maiores impactos.

Consideramos necessário aprofundarmos essa linha de interpretação em futuros trabalhos. Mas os dados acima nos permitem, desde já, reafirmar a recusa à tese da apatia das mulheres em relação à política. Se houvesse algum fundamento, seria menos provável que isto ocorresse exatamente nos estados mais desenvolvidos, com maiores índices de associativismo, onde homens e mulheres são mais escolarizados, estas últimas possuem maior autonomia financeira e estão em condições melhores no mercado de trabalho. Se não apenas em relação à igualdade de gênero, mas aos valores em geral, a escolaridade e a autonomia financeira tendem a ter reflexos sobre as percepções, então fica difícil explicar a apatia feminina nesses estados. Se os baixos índices de candidaturas e de eleitas se explicam também pelo “preconceito contra as mulheres” e isto ocorre nos estados teoricamente mais abertos e desenvolvidos, onde elas enfrentam graus mais elevados de dificuldade, como pensar as variações de sucesso entre os estados – com estados atrasados ou menos organizados política e economicamente apresentando melhores desempenhos - e articular o “preconceito” às outras variáveis?

Isto nos permite, também, pensar na relação das cotas com outros e não contraditórios ângulos de análises, incorporando a importância dos fatores institucionais assim como a construção da auto-imagem e a relativa autonomia dos atores/atrizes, na definição de suas ações. Inclusive para aqueles fatores que apontam para uma auto-seleção das candidatas em razão dos obstáculos estruturais. Bourdieu (1999) sugeriu a auto-seleção para as outras formas de competências requeridas para as mulheres em diversos espaços. Tal pré-seleção foi também apontada por Matland (2002), mais especificamente para a esfera da representação política. Isto implica de igual modo, outro olhar sob o problema do “preconceito masculino”, que necessita ser mais bem contextualizado e cujo peso numa perspectiva multicausal necessita ser mais bem ponderado.

Um segundo aspecto a ser mais aprofundado relaciona-se aos partidos e sua interação com os tipos de distritos, mas também com a lógica eleitoral dos estados. Primeiro, quando observamos os partidos pelos quais as mulheres se elegem, é possível confirmar o padrão já indicado pela literatura: em geral a esquerda elege mais. Mas quando olhamos entre os partidos ditos grande e médios mais tradicionais, verificamos, também, que muitas vezes os partidos mais tradicionais e, em tese, mais resistentes à participação das mulheres obtêm melhores desempenhos. A tabela 8 permite observar essas possibilidades. Isto, mais uma vez, nos leva a considerar que a análise acerca da “resistência partidária” necessita ser feita com mais parcimônia. Com isto, chama-se atenção para a relevância de observarmos o peso e o papel dos partidos em cada estado e contexto de alianças. Onde as mulheres se dão melhor nos partidos? Quais as principais trajetórias que têm levado ao sucesso eleitoral? Aqui, é preciso introduzir um dado ainda pouco trabalhado quando se discute a presença das mulheres na política institucional: as eleições proporcionais junto com as majoritárias para os dois níveis de representação, federal e estadual, associada com a diversidade e dimensão dos distritos/estados, tendem a estabelecer relações próximas entre as lógicas eleitorais estaduais e federais. Como assinalamos mais acima, a distribuição das eleitas guarda certa lógica com os tipos de capitais usados nos diferentes estados/regiões entre os tipos de partido, e também com a lógica eleitoral local.

Uma pesquisa de opinião realizada em fevereiro de 2009, pelo IBOPE, para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM, 2009), mostra que a maioria da população brasileira (75%) é favorável à política de cotas para mulheres na política e apóia a punição dos partidos políticos (86%) que não cumprem a atual legislação. A pesquisa também mostra que o eleitorado tem uma visão positiva da participação feminina na política. O pleito de 2010 está se tornando as eleições mais femininas da história brasileira, com grande diferença a favor das mulheres no número de pessoas aptas a votar, com o aumento das candidaturas femininas em todos os níveis e com duas mulheres - Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) - com elevado percentual de intenções de voto para a Presidência da República. Tudo indica que o número de mulheres eleitas irá aumentar, embora a participação das mulheres no Congresso ficará abaixo da média mundial. Isto reforça a necessidade de continuar analisando o processo eleitoral numa perspectiva de gênero. Como este artigo está sendo finalizado em meados de setembro de 2010 não tivemos condições de apresentar uma análise da eleição atual. Mas, certamente, novas análises serão feitas depois do dia 03 de outubro de 2010.

BIBLIOGRAFIA

- Alcântara, A. (2006) A Participação Feminina nas Eleições de 2004 no Brasil'. Dissertação de Mestrado, ENCE
- Alvares, L. (2004) 'Mulheres na Competição Eleitoral, Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil'. *Tese de Doutorado*, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Alvares, M. Luzia M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*. vol.51, n.4, 2008, pp. 895-939.
- ALVES, J. E. D. . Eleições: O poder das mulheres em 2010. *Presença da Mulher*, v. 23, Encarte teórico, setembro/2010.
- Alves, J.E.D. (2003) Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho. Ouro Preto, REM.
- Alves, J.E.D. et al (2005) A mulher nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. XXVº Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Porto Alegre – Brasil, 22 a 26 de Agosto de 2005
- ARAUJO, Clara, ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*. vol.50, n.3, 2007, pp. 535-577.
- Araújo, C. (1999) Cidadania Incompleta: o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil. *Tese de Doutorado*, IFCS/UFRJ.
- Araújo, C. (2003) Quotas for Women in the Brazilian Legislative System. In: *The Implementation of Quotas: Latin American Experiences*, pp 72-86. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA).
- Araújo, C (2006) Women and Electoral System in Brazil, in R TREMBLAY (ed) *Women and Electoral System*, no prelo.
- Araújo, C (2006a) Condicionantes Institucionais das políticas de cotas, In: Gláucio Soares e Lúcio Rennó (orgs), *Reforma Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- Avelar, Lúcia. (2001) *Mulheres na elite política brasileira*. 2ª. Edição revista. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- Beltrão, K.I., Alves, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2004.
- Bohn, Simone (2006), 'Ainda o velho problema da distorção da representação dos estados na Câmara dos Deputados', in Gláucio Soares and Lúcio Rennó (eds), *Reforma Política: Lições da História Recente*, Rio de Janeiro: FGV
- Bruschini, M.C. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.537-572 set./dez. 2007
- Diaz, Mercedes Mateo (2002) *Are Women in Parliament representing Women? From Descriptive to Substantive representation...and Back Again*. Louvain: Université Catholique de Louvain.
- Duverger, Maurice. Lês roles politiques des femmes, UNESCO, 1955.
- Htun, Mala and Mark Jones (2002) 'Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Gender Quotas: electoral quotas and Women's Leadership in Latin America' in N. Craske and M. Molyneux (eds), *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*, New York: Palgrave;
- IDEA, Global Database of Quotas for Women, 2009. Disponível em: <http://www.quotaproject.org/> Visitado em 20 abril de 2009
- IBGE (2002), Tabulação avançada do censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2007. 252 p. 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2007/indic_sociais2007.pdf. Acessado em: 24/01/09
- Matland, Richard (2002) 'Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatas legislativos y los sistemas electorales', in M. Montalvo and J. Ballington (eds), *Mujeres en el Parlamento - más allá de los números*, Estocolmo: IDEA;
- Melo, Carlos Ranulfo (2006), 'Sistema Partidário, presidencialismo e reformas políticas no Brasil', In Gláucio Soares and Lúcio Rennó (eds), *Reforma Política: Lições da História Recente*, Rio de Janeiro: FGV
- Nicolau, J (2006) 'Voto personalizado e reforma eleitoral no Brasil' in Gláucio Soares and Lúcio Rennó (eds), *Reforma Política: Lições da História Recente*, Rio de Janeiro: FGV.
- Norris, Pippa (1993) 'Conclusion', in Pippa Norris & Joni Lovenduski (eds.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications;
- _____. (2003) 'Electoral Engineering: voting rules and political behavior'. Preliminary version - www.pippanorris.com
- Santos, André (2006) 'Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária', In Gláucio Soares and Lúcio Rennó (eds), *Reforma Política: Lições da História Recente*, Rio de Janeiro: FGV
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado, Lisboa, 2004.
- Schmidt, G. (2006) Is Closed-List PR Really Optimal for the Election of Women?: *A Cross-National Analysis (manuscript)*

Schmidt, G and Clara Araújo (2004), 'The Devil's in the Details: Open List Voting and Gender Quotas in Brazil and Peru', paper presented at the XXV International Congress of Latin American Studies Association, Las Vegas, October, 7-9.

Shuttz, J., Caminoti, M and Borner, J. (2006), Cuotas de género y acceso femenino al Parlamento: los congresos nacionales de Argentina y Brasil. Final Reporter, Buenos Aires: Instituto Torcuato di tella.

Soares, Gláucio and Lúcio Rennó (2006), 'Projetos de Reforma Política na Câmara dos Deputados', In: Gláucio Soares and Lúcio Rennó (eds), Reforma Política: Lições da História Recente, Rio de Janeiro: FGV

SPM. Política de cotas para mulheres na política tem 75% de aprovação, Mais Mulheres no Poder. Disponível: http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/_estudos.html
Visitado em 20 de abril de 2009

Therborn, Göran. Familias en el mundo. Historia y futuro en el umbral del siglo XXI. In: Arriagada, Irma (org). Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros, CEPAL, Santiago de Chile, 2007

TSE. Tribunal Superior Eleitoral, www.tse.gov.br, 2002 e 2006